

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA EJA DE VITÓRIA(ES) EM TEMPOS DE PANDEMIA

PROFESSIONAL EDUCATION FOR YOUTH AND ADULTS IN VITÓRIA(ES), BRAZIL,
IN TIMES OF PANDEMIC

LA EDUCACIÓN PROFESIONAL EN LA EJA DE VITÓRIA(ES), BRASIL,
EN TIEMPOS DE PANDEMIA

João Batista Pereira Alves
(SEEduc/ES, Brasil)

Carlos Fabian de Carvalho
(UFES, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v5i9.705>

RESUMO: O artigo tem por objetivo aprofundar as contribuições acerca da Educação Profissional integrada à política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Vitória, capital do Espírito Santo. Utilizando da abordagem metodológica de sistematização de experiência, procuramos contextualizar a EJA Profissional no Plano Municipal de Educação, destacando as práticas pedagógicas. Na primeira parte, apresentamos alguns apontamentos sobre o mundo do trabalho na contemporaneidade, dialogando com os sujeitos da EJA, com foco na exploração do trabalho a partir da precarização, historicamente localizados e inseridos na lógica do capitalismo. E, por último, a partir da práxis pedagógica em desenvolvimento no percurso da experiência, apontamos alternativas de ressignificação do currículo da EJA Profissional em contexto pandêmico e pós-pandêmico.

Palavras-chave: Educação de Jovens e adultos, Educação Profissional Integrada, Pandemia; Trabalho e Educação, Currículo.

ABSTRACT: This text aims to deeply contribute to the professional education integrated to the youth and adult education politics experienced in the Vitoria city, *Espirito Santo* State. Using the methodology of experience systematization, we intended to contextualize this type of professional education, in the municipal plan of education, highlighting pedagogical practices. In the first part of we presented some notes about the job environment nowadays, taking into consideration the target public already mentioned before, with the focus on the exploitation of work through its precarization historically inserted and explained by the capitalism logic. Finally considering the pedagogical praxis in development, in the process of acquired experience, we presented alternatives that reconsider the curriculum of the professional education during and after this pandemic context.

Keywords: Youth and Adult Education, Integrated Professional Education, Pandemic; Work and Education, Curriculum.

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo profundizar las contribuciones acerca de los aportes sobre Educación Profesional integrada a la política de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en la ciudad de Vitória, estado del Espírito Santo. Haciendo uso del abordaje metodológico de sistematización de experiencia, buscamos contextualizar la EJA Profesional como cumplimiento de la meta del Plan Municipal de Educación, destacando las prácticas pedagógicas. En la primera parte del texto presentamos algunas notas sobre el mundo del trabajo en la época contemporánea, dialogando con los sujetos de EJA con el enfoque en la explotación del trabajo desde la precarización, históricamente ubicados e insertados en la lógica del capitalismo. Y, por último, a partir de la praxis pedagógica en desarrollo en el transcurso de la experiencia, señalamos alternativas para la ressignificación del currículum profesional de EJA en un contexto pandémico y posterior al pandémico.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos, Educación Profesional Integrada, Pandemia; Trabajo y Educación, Currículum.

Considerações iniciais

O presente texto apresenta reflexões que emergiram da práxis pedagógica vivenciada na Educação de Jovens e Adultos do município de Vitória-ES e suas articulações com a Educação Profissional, assumindo como pressuposto indissociabilidade dessas modalidades de ensino previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB N° 9394/96 com o mundo do trabalho, bem como a centralidade dessa categoria no processo de construção curricular, em tempos de pandemia.

No que tange à experiência da integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional no município de Vitória, é importante destacar que ela vem sendo construída em um processo participativo iniciado em 2017 com três escolas, a partir da reorganização dos espaços/tempos das construções curriculares e introdução do curso "Fundamentos do Mundo do Trabalho".

Nesse curso, além da introdução de um conjunto de temáticas que compõem a categoria Mundo Trabalho, foram construídas parcerias com instituições de ensino para a oferta de Qualificação Profissional, somada a outra ação importante na política pública de Educação Profissional Integrada à EJA que foi a implantação do Proeja FIC¹.

O curso "Fundamentos do Mundo do Trabalho" desde seu início assumiu como referência uma abordagem do trabalho humano nas perspectivas ontológica e histórica e como produtor da sobrevivência e da cultura. Nessa perspectiva crítica de compreensão do conceito de trabalho e mundo do trabalho, diferenciando-os dos conceitos de emprego e mercado de trabalho, há uma intencionalidade de consolidar uma prática pedagógica fundamentada nas dimensões do trabalho, ciência e cultura aos estudantes jovens, adultos e idosos trabalhadores. O curso Fundamentos do Mundo do Trabalho contribui também para proporcionar uma leitura panorâmica da formação da sociedade brasileira, do caráter do nosso desenvolvimento e das transformações do mundo do trabalho no Brasil, entendendo-o como centro das relações sociais por meio da divisão do trabalho e, por conseguinte, da divisão da sociedade em classes sociais.

De posse dessas considerações, optamos no presente artigo por utilizar da abordagem metodológica denominada por sistematização da experiência em

¹ Formação Inicial e Continuada com o Curso de Operador de Computador implementado em 4 escolas: Izaura Marques da Silva, João Bandeira, Ceciliano Abel de Almeida e Aldevani Azevedo.

educação popular, à luz dos estudos de Mejía (2005). Nessa abordagem, a sistematização se faz a partir da construção conjunta entre os diferentes atores que participam da experiência, sempre reconhecendo as produções e saberes que emergem no processo de produção da política. Nessa perspectiva, a opção básica de transformação das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, o empoderamento dos atores, o reconhecimento dos saberes e das práticas que são produzidas pelos que praticam a política e vocação anticapitalista fundamentam a prática do pesquisador que deve obrigatoriamente estar engajado com o contexto de pesquisa.

Hoje, porém, com o contexto da insegurança sanitária, social, econômica e política agravada pela pandemia do Covid-19 fica evidente que é uma crise mundial, que se expressa inicialmente na saúde, mas é a lógica capitalista que a impôs. As dificuldades que estamos enfrentando se referem à falta de investimento na saúde em razão das prioridades financeiras. Entender esse cenário é importante para compreender os impactos não mensuráveis nas mais diversas atividades cotidianas, gerando um cenário de incertezas sobretudo no mundo do trabalho durante e pós pandemia.

O biólogo Átila Lamarino, em entrevista à BBC Brasil, no dia 28 de março de 2020, alertou que o mundo pós pandemia será outro. Aquele mundo antes do coronavírus não existe mais. Assim disse o entrevistado: “Mudanças que o mundo levaria décadas para passar, que a gente levaria muito tempo para implementar voluntariamente, a gente está tendo que implementar no susto, em questão de meses”.

No mundo do trabalho, a pandemia antecipa e legitima mudanças que já estavam em curso em função da lógica perversa de lucratividade do capital, combinado com o desemprego em grande escala, desemprego juvenil, baixa escolaridade e qualificação insuficiente dos trabalhadores, concentração de riqueza, trabalho *plataformizado* e *uberizado*, incorporação das tecnologias de informação e comunicação no processo produtivo.

É oportuno ressaltar que frente a uma das maiores crises sanitárias enfrentadas mundialmente, as restrições impostas pelo isolamento social para os que puderem permanecer “em casa” se constituiu como uma das prevenções mais eficazes, porém para os milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, enfrentar a pandemia do Covid-19, somados ao atendimento precário do transporte público, ao desemprego, à fome, à ausência de leitos de UTI tornaram-se em enormes desafios para garantia da sobrevivência, desde março de 2020.

Importante ressaltar que a idéia de retorno à normalidade, bem como a possibilidade de um novo normal, nos projeta à retomada a um mundo hegemônico pelo capitalismo neoliberal, e que segundo Boff (2020) tem sido historicamente incapaz de resolver suas contradições internas, com uma voracidade ilimitada de crescimento à custa da superexploração da natureza e da indiferença face à pobreza e miséria da grande maioria da humanidade produzida por ele. Nesse sentido, o “novo normal” consiste na prática em esquecer que tal conformação está abalando os fundamentos ecológicos que sustentam toda a vida no planeta.

Nesse contexto, observamos nos primeiros meses da pandemia um cenário de redução significativa da atividade econômica, agravada pela ausência de políticas públicas de proteção dessa população, ao qual se insere os sujeitos matriculados na modalidade de educação de jovens e adultos.

A tomada de decisão da suspensão das atividades escolares em todo o mundo assumida como medida de preservação da vida, nos atingiu diretamente e nos colocou frontalmente na necessidade de compreender e enfrentar o dilema dos processos de exclusão já existentes e aprofundados, ao mesmo tempo em que nos lança ainda mais em um processo de precarização e exploração do trabalho docente a partir de um percurso que apostou na mediação pedagógica por meio uma ferramenta que demanda uso de recursos que não estão universalizados, tanto para os/as educadores/as, quanto para os sujeitos da EJA.

Considerando essa conjuntura, e, reconhecendo que, numa perspectiva freireana a função social da EJA deverá ser a de fomentar a capacidade da classe trabalhadora compreender a sua importância na sociedade, por meio da articulação dos pressupostos teóricos com a realidade dos estudantes, organizamos este texto com o intuito de problematizar algumas questões do mundo do trabalho nesse contexto da pandemia do coronavírus, com vistas a uma reflexão acerca da ressignificação do currículo da EJA por meio da integração entre ciência, cultura e trabalho.

Alguns apontamentos sobre o mundo do trabalho na atualidade

É exatamente a vida que, aguçando a nossa curiosidade, nos leva ao conhecimento; é o direito de todos à vida que nos faz solidários; é a opção pela vida que nos torna éticos (FREIRE, apud B.ARRETO, 1998 p. 11).

A epígrafe de Freire é intencional porque ela sinaliza para o nosso propósito de discutir a complexidade do mundo do trabalho para os estudantes da Educação

de Jovens e Adultos no município de Vitória em tempos de pandemia, considerando que o público da EJA tem sua história marcada por exclusões e negação de direitos. No momento em que o mundo é acometido pelo coronavírus, o que tem gerado uma crise humanitária, os impactos na vida dos indivíduos e da coletividade têm provocado a pensar, planejar e efetivar estratégias de sobrevivência e garantia dos direitos fundamentais.

Somado a esse processo, as suspensões das atividades letivas acabaram por tornar ainda mais perverso os processos de exclusão dos bens materiais, em especial para os educandos da EJA. Com a implementação das atividades remotas, os sujeitos da EJA, em sua maioria, moradores dos bairros localizados na periferia de Vitória, trabalhadores/as assalariados com baixa remuneração ou que atuam também com trabalho informal, e jovens transferidos das turmas de ensino fundamental diurno ainda não inseridos nos espaços de trabalho formal, foram obrigados a escolher entre adquirir recursos para alimentar-se, pagar a conta de água e de luz, ou pagar a internet para conseguir realizar as atividades escolares.

Na reflexão e construção de proposições para a educação de jovens e adultos na pandemia e na pós-pandemia, considerando a população pertencente a camada de baixa renda com cadastro no CadÚnico observamos que em 2019, segundo os dados estatísticos do Espírito Santo:

- 9,6%, da população de 15 anos ou mais, inscrita no CadÚnico, era analfabeta;
- nas regiões do estado observamos os seguintes percentuais de analfabetismo: Metropolitana (8,2%), Central Serrana (8,8%), Sudoeste Serrana (8,9%), Central Sul (9,1%), Nordeste (12,4%) e Noroeste (12,3%);
- 56,5% da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico, não havia concluído o Ensino Fundamental;
- 9,6% possuía Ensino Fundamental Completo e 8,7% Ensino Médio Incompleto;
- 24,3% possuía Ensino Médio Completo (IBSN,2019)

Neste contexto, consideramos importante ressaltar que o direito ao trabalho, previsto no Art. 6º da Constituição Federal e no Art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, talvez seja o direito menos efetivo em função do desemprego estrutural, como consequência do “Capitalismo Improdutivo” (DOWBOR, 2017), permitindo a emergência de grandes fortunas em mãos de pessoas que nada produzem. Outro fator que também tem contribuído para redução dos postos de trabalho é a introdução de novos modelos organizacionais.

A hegemonia do capital fictício traduz-se em efeitos sociais perversos para classe trabalhadora principalmente pelo desemprego em larga escala. Na década de 90, no auge da implantação das políticas neoliberais no Brasil e no mundo, a ensaísta e romancista Viviane Forrester, na sua obra “O Horror Econômico”, já denunciava o tão temido desemprego, que segunda a autora, acarretava exclusão,

culpa, insegurança e sentimento de vergonha. Nessa lógica perversa do neoliberalismo, os desempregados “são levados a se considerarem indignos da sociedade, e sobretudo, responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante (já que degradada) e até censurável. Eles se acusam daquilo que são vítimas” (FORRESTER, 1997, 11).

Hoje, porém, sob a égide do discurso da meritocracia esse quadro tem se agravado uma vez que, no ideário neoliberal o desemprego é resultante da pouca qualificação. E, conseqüentemente, diante de um mercado cada vez mais competitivo, o trabalhador traz para si a responsabilidade pela formação continuada e ainda se culpa pela baixa escolarização. Com a ameaça constante de demissão, o trabalhador carrega o sentimento de que “para além da exploração dos homens, há algo ainda pior: a ausência de qualquer exploração” (FORRESTER, 1997, p. 16).

No Brasil, a crise do desemprego se conjuga com as consequências nefastas da Reforma Trabalhista, consolidada após o golpe de 2016, que desmontou intencionalmente a CLT, legalizou as atividades laborais análogas à escravidão e substituiu o modelo de emprego padrão por formas de trabalho absolutamente precárias. Entre elas estão a terceirização sem limites, o trabalho por jornada parcial e o trabalho intermitente. Com isso, assistimos diversas categorias de trabalhadores sofrendo com a instabilidade nas relações de trabalho. O enfraquecimento dos sindicatos é também reflexo dessa nociva Reforma Trabalhista. Este processo não é transitório e ocorre em diversos países, pois, “[...] onde quer que os imperativos do mercado regulem a economia e governem a reprodução social, não há como escapar da exploração” (WOOD, 1998, p.29).

Histórica e ontologicamente, o trabalho estrutura o desenvolvimento humano, manifestando-se das mais diversas formas, seja quanto à utilização das capacidades físicas e mentais do homem para produzir o que é necessário à satisfação das suas necessidades, seja quanto aos princípios que regem a divisão social dessa produção.

Em sua origem etimológica, a palavra trabalho significa, *tripalium*, significa instrumento de tortura utilizado para empalar prisioneiro de guerra e escravos fugidos (CARCANHOLO, 2011). Partindo dessa origem de uma carga negativa e opressora, o conceito de trabalho vem sofrendo significativas alterações, como afirma Carcanholo (2011, p.147):

A origem do trabalho encontra-se na necessidade de a humanidade satisfazer suas necessidades básicas, evoluindo para os outros tipos de necessidades, mesmo supérfluas. Assim, trabalhar é produzir riqueza, o que é necessário em todos os modos de produção, seja no comunal primitivo, no escravista, no feudal, no capitalista ou nas experiências socialistas. O que muda é a forma de produzir, a tecnologia utilizada e a relação entre o sujeito que

produziu e o que se apropria do que foi produzida; tal forma varia de acordo com o tipo de organização da sociedade.

Esse desenvolvimento do trabalho, tal como exposto por Carcanholo (2011), contribui para compreendermos sua dinâmica na atualidade, tendo como referência as diferentes fases do trabalho na história, transformando a natureza para satisfazer as suas necessidades. Essa construção vai se complexificando ao longo desse processo histórico, unificando o homem e a natureza. Para Kosik (1976, p.184):

O trabalho é procedimento ou ação em que de certo modo se constitui a unidade do homem e da natureza na base da sua recíproca transformação: o homem se objetiva no trabalho, e o objeto, arrancado do contexto natural original, é modificado e elaborado. O homem alcança no trabalho a objetivação, e o objeto é humanizado. Na humanização da natureza e na objetivação (realização) dos significados, o homem constitui o mundo humano. O homem vive no mundo (das próprias criações e significados), enquanto o animal é atado às condições naturais.

Dessas dimensões ontológica e histórica e da concepção de trabalho que integra homem e natureza, e que, enquanto atividade constrói, cria e recria a cultura num processo de humanização é que emerge a categoria trabalho como princípio educativo que deve nortear o Projeto Político Pedagógico da EJA. Por isso, é importante que esse projeto em nível estratégico e tático se articule com outras políticas públicas abrindo caminho para a construção da cidadania², para que seja pautada uma Educação de Jovens e Adultos comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana para superar a visão utilitarista de formar para o mercado do trabalho.

É importante reconhecer os limites impostos pela conjuntura brasileira como reflexo de uma crise econômica que, antes da pandemia já dava sinais do fracasso da agenda econômica neoliberal em seu aspecto mais selvagem e agressiva, imposta por Paulo Guedes. De acordo com os dados do IBGE (2020) a taxa média de desemprego no país fechou o primeiro trimestre em 12,2%. Entretanto, a crise provocada pelo coronavírus está sendo fundamental para demonstrar a derrocada do neoliberalismo.

Seus defensores estão pedindo a intervenção do Estado, estão pedindo mais SUS, mais serviços públicos competentes. Enfim, já percebemos que há defesa de que precisa injetar recursos públicos na economia para que atendam às

² Considerando a polissemia do termo “cidadania”, trataremos aqui não como um conceito absoluto ou neutro, como o faz o pensamento liberal, mas sim como um conceito histórico, na perspectiva da formação humana, como fundamento dos interesses comuns por todos os cidadãos, por meio de garantias legais e políticas sociais, as quais não são suficientes para a superação das desigualdades, mas podem trazer contradições importantes para a luta de classes em benefício da classe trabalhadora.

necessidades imediatas. Espera-se que não sejam meros desaguadores de negócios orientados para a reprodução do capital financeiro.

Essa crise provocada pela pandemia do coronavírus está travando o capitalismo. Ela não é apenas uma crise sanitária. É vista por alguns analistas como uma resposta da forma predatória que a humanidade tem se relacionado com natureza.

Dowbor (2020) no prefácio do livro "O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais" apontam que essa crise se conjuga com outros fatores, como a destruição do planeta em ritmo absurdo, refletindo na mudança climática, na destruição da biodiversidade, a degradação dos solos a contaminação da água doce etc. Convergindo com a catástrofe ambiental, o referido autor aponta para a crise da desigualdade social com milhões de pessoas passando fome no mundo e a concentração de riqueza cada vez mais acentuada.

A exploração do trabalho a partir da precarização, da flexibilização, da terceirização e do trabalho escravo contemporâneo, são processos problemáticos, contraditórios, historicamente localizados e inseridos na lógica do capitalismo, além da crise atual em função da pandemia, nos impõem o desafio de ressignificar o currículo da Educação de jovens, adultos e idosos. Esse cenário é potente para a concretização do trabalho como princípio educativo, numa perspectiva de formação humana para os/as estudantes da EJA que, historicamente, foram excluídos do processo de escolarização.

Construir o futuro: o papel da EJA Profissional pós-pandemia

A esperança nasce do coração mesmo da pedagogia que tem o oprimido como sujeito. Pois ela implica uma denúncia das injustiças sociais e das opressões que se perpetuam ao longo da história. E ao mesmo tempo anuncia a capacidade humana de desfatalizar esta situação perversa e construir um futuro eticamente mais justo, politicamente mais democrático, esteticamente mais irradiante e espiritualmente mais humanizador (BOFF, 2005 p.8).

Ao prefaciar o livro "Pedagogia da Esperança", Leonardo Boff, na citação acima, convida-nos como sujeitos da história a construir um futuro eticamente mais justo, democrático e humano. Com esse intuito, estamos sendo desafiados a construir coletivamente uma proposta pedagógica de EJA Profissional pós-pandemia, tendo como referência um compromisso ético-político de garantir aos jovens, adultos e idosos o direito de acesso à formação escolar, para superar as marcas da desigualdade social expressa na escolarização tardia.

Nesse sentido, construir esse futuro pós-pandemia significa construí-lo desde já. Isso significa lutar para construir com todas as negações de direito, dificuldades, limitações e contradições da crise do capital e da realidade do desemprego estrutural que afeta severamente ao público da EJA. Para tanto, precisamos da capacidade de introspecção, previsão, imbuídos de utopias e valores que podem vir a ser realidade. Assim, podemos ser coparticipes dessa construção coletiva.

A historiadora e antropóloga Schwarcz (2020), numa entrevista concedida ao site *Universa*, destacou que a crise provocada pelo coronavírus, pelos seus impactos econômicos e sociais, pode ser comparada à quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Ao ser indagada se essa crise seria um marco para finalizar o século XX, a entrevistada recorreu ao historiador Eric Hobsbawn que disse que o longo século XIX só terminou depois da Primeira Guerra Mundial e ainda afirmou: “Nós usamos o marcador de tempo: virou o século tudo mudou. Mas não funciona assim, a experiência humana é que constrói o tempo” (SCHWARCZ, 2020)

Essa pandemia antecipa mudanças que já estavam em curso como o trabalho remoto, a educação à distância, a busca por sustentabilidade, responsabilidade social de algumas empresas e outras mudanças focadas em ações comunitárias que estavam sendo gestadas principalmente nas comunidades periféricas tendo a juventude como protagonistas. Muitas dessas ações ainda não eram perceptíveis para a sociedade. Durante essa crise sanitária muitas delas saíram da condição de invisibilidade e assumiram um papel importante com muitas ações voltadas para a empatia e solidariedade. Esses movimentos têm produzindo uma reflexão sobre o modelo de sociedade individualista, alicerçada no consumismo e no lucro a qualquer preço. Assim, as formas de organização baseadas no coletivo e na cooperação vão rompendo aos poucos com o personalismo e a competitividade e levando muitos jovens à descoberta da importância da cooperação e da luta coletiva.

Essas ações têm contribuído para nos interrogar sobre o nosso modo de vida, sobre as nossas verdadeiras necessidades, sobre as nossas verdadeiras aspirações mascaradas na alienação da vida cotidiana. O Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis³,

³ O Grupo Trabalho e Práxis coordenado pela Prof. Dr^a Livia Moraes e pelo Prof Dr Rafael Bellan tem atuado em parceria com a SEMÉ desde 2017 no planejamento do Curso Fundamentos do Mundo do Trabalho. Atua realizando formações para os profissionais das escolas da EJA Profissional. Esse Grupo Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo e tem por membros docentes e discentes de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado de diversos cursos, tais como Ciências Sociais, Jornalismo, Geografia, Design, Política Social, dentre outros.

composto por muitos jovens estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas da UFES, está produzindo uma série de *lives* com o tema “A vida acima do lucro”. Os vídeos serão disponibilizados para compor o material da formação dos/das educadores/as da EJA de Vitória.

Entretanto, quando somos desafiados a pensar no futuro da EJA, não podemos deixar de considerar os dilemas vividos nesse campo há décadas. Muitos estudantes que foram excluídos do processo de escolarização, quando retornam à EJA, carregam consigo os sonhos de aquisição de conhecimentos visando a sua atuação social e profissional.

No que diz respeito ao processo de inserção no mundo do trabalho há que se destacar o cenário de desemprego estrutural que afeta severamente a população mais jovem e de baixa escolarização. Assim como devemos nos ater ao fato de que ao mesmo tempo em que representam a superpopulação relativa, também são “potenciais sujeitos de desestabilização social” (GOUVEIA, 2014, p.58) que exigem certa atenção do capital.

Muitos desses jovens têm perspectiva de ascender socialmente por meio do trabalho e manter a promessa de inserção no mundo do trabalho é uma narrativa importante para o capital. Mas as buscas pelo emprego estão cada vez mais distantes para esse grupo tradicionalmente excluído, e uma das argumentações do empregador é a baixa escolarização. A exigência da ampliação da carga horária na Educação Básica tendo como foco a inserção no “mercado de trabalho” é um os pilares da Reforma do Ensino Médio que tem como interlocutores e defensores muitas fundações empresariais.

É importante ressaltar que essa exigência do aumento de escolaridade remonta ao Consenso de Whashington⁴, em 1989, que não limitou as suas diretrizes apenas à economia. No campo educacional, culminou com as propostas do Banco Mundial para a Educação que desencadeou na década de 90 na América Latina um movimento de reformas educacionais.

No Brasil, no auge do governo neoliberal de FHC, ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional em 1996. A proposta de 12 anos de escolarização básica sugerida pelo Banco Mundial, para que os sujeitos pudessem

⁴ Segundo Theotonio dos Santos (2004) esse tratado com sua receita neoliberal, negava a realidade histórica e fazia imposições políticas e econômicas consideradas ‘corretas’ e nenhuma ajuda financeira. Trouxe grandes problemas para os países onde sua receita neoliberal foi aplicada.

se incluir no novo milênio, se concretizou na alteração da LDB em 2006, com a ampliação do ensino fundamental para 9 anos.

Para Saviani (2008, p. 430), a educação nesse contexto de reformas neoliberais passa a ser compreendida como:

[...] um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição de empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há empregos para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxa de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.

Em suma, estava claro nas políticas neoliberais o papel estratégico da escola na sedimentação do projeto hegemônico da sociedade brasileira na década de 90. Tratava-se de um projeto educacional focado numa concepção de educação escolar dualista, como expressão de um projeto de desenvolvimento dependente atribuindo a escola uma finalidade utilitarista, destinando-a a adaptação de pessoas à sociedade.

Como se vê, não há espaços para a Educação de Jovens e Adultos nesse projeto educacional criticado por Saviani (2008). Entretanto, precisamos, nesse momento de crise, pensar em um projeto de desenvolvimento nacional popular que articule conhecimentos científico, filosófico, cultural e tecnológico com a produção material e a vida social política para os estudantes da EJA.

Pode ser que estejamos falando de uma utopia, mas é uma utopia no sentido marxista de uma realidade a ser construída que não é impossível, pois Marx concebe a história como um conhecimento dialético e concreto que traz do passado elementos para os fenômenos contemporâneos, reconhecendo o homem como principal protagonista da história.

A metáfora “renascendo das cinzas”, utilizada pelo historiador Eric Hobsbawm (1992), em um artigo que versava sobre o socialismo no Século XXI, talvez seja oportuna para pensarmos em propostas efetivas que poderão pautar a política de Educação Profissional na EJA em Vitória. Para tanto, a partir da reflexão que procuramos fazer ao longo desse texto, pautados nos dilemas do mundo trabalho na contemporaneidade, aliados ao processo de exclusão dos estudantes da EJA, e também tendo como referência nas ações cotidianas que temos assistido com a mobilização de muitos jovens das classes populares em ações solidárias e coletivas, apontamos no decorrer do percurso do curso “Mundo do Trabalho” dois temas que emergiram no processo de construção curricular: Auto-organização e Economia Solidária.

A auto-organização, enquanto elemento pedagógico é um tema recorrente na Educação do campo, vinculando-a ao trabalho como princípio educativo, fundamentados na obra de dois educadores russos: Pistrak (2008) e Makarenko (1987). Esses educadores socialistas, concomitantemente ao período pós-tomada do poder em outubro de 1917 na Rússia, tiveram um papel importante para a pedagogia socialista, tendo como centralidade em suas formulações teóricas, o trabalho como princípio educativo. No livro "Fundamentos da Escola do trabalho", Pistrak (2008) refere-se a "Auto-organização dos educandos como base no processo pedagógico da escola".

A Auto-organização que está surgindo na periferia nesse momento de crise humanitária, tendo muitos jovens como protagonistas em diversas ações, se coaduna com os princípios de coletividade dos autores citados. Também têm em comum o fundamento de uma solidariedade que tem contribuído no processo de enfrentamento das desigualdades sociais em função da ausência do Estado na proteção social. São movimentos como a CUFA⁵ que nascem na resistência inerente às comunidades periféricas. Por meio de uma linguagem própria vão constituindo-se em um processo de conscientização e oferecendo novas perspectivas de sobrevivência e resistência das classes populares.

Na mesma direção, identificamos em contexto pandêmicos inúmeras comunidades escolares que atuam com a EJA em Vitória que promoveram mobilizações junto as suas comunidades na busca de encontrar caminhos mais solidários e coletivos no enfrentamento das demandas existenciais e materiais que emergiram no período da pandemia do Covid-19.

Nesse sentido, trazer os princípios da Auto-organização para o currículo das escolas da EJA de Vitória, assumindo como foco o Mundo do Trabalho, em nossa avaliação contribuirá significativamente na potencialização os arranjos produtivos da comunidade. Apostamos que essa alternativa pode configurar-se como uma estratégia pedagógica de caráter interdisciplinar que possibilite a promoção de atividades que contribuam para desenvolver nos estudantes o exercício do diálogo entre teoria e prática, criação, planejamento, intervenção comunitária, investigação científica, resultando em um processo de articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico e social, ambiental e cultural.

⁵ A CUFA - Central Única das Favelas – é uma organização brasileira reconhecida nacionalmente nos âmbitos político, social, esportivo, e cultural que existe há vinte anos.

O segundo princípio que apresentamos como para a ressignificação do currículo da EJA, refere-se à “Economia Solidária”. Reconhecida como um fenômeno histórico e mundial, que nasceu no interior da classe trabalhadora nos primórdios do capitalismo Industrial, como resistência e proposição dos trabalhadores (SINGER, 2002). No Brasil, a Economia Solidária passou a ganhar destaque, tendo Paul Singer, como um dos principais autores desse tema. Segundo o autor:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10)

A Economia Solidária como outro modo de produção, tem sido tema importante nos debates sobre o Mundo do trabalho na atualidade. Diferentes correntes de análise têm-se manifestado – ora defendendo a sua importância, ora tecendo críticas. De ambos os lados, têm-se apresentado argumentos plausíveis. Entendemos que esses não devem ser vistos com um olhar reducionista. Nossas análises estão fundamentadas em produções de Paul Singer que foi o principal precursor dessa forma de organização social e econômica no Brasil. Ele dedicou os últimos anos de sua vida à contribuição para a concepção teórica e construção do universo da Economia Solidária.

Entretanto, cumpre-nos ressaltar a importância da crítica dessa forma de organização. Nesse sentido, destacamos a análise de WELLEN (2012) que, apoiado no método marxista, analisou a função social da Economia Solidária, apontando os seus limites contra os imperativos do capital, tendo expressado, no máximo, uma crítica romântica ao capitalismo.

Tendo em vista que o modelo neoliberal que está em curso no Brasil, acrescido da crise humanitária que atinge todo o planeta, percebemos que esse cenário nos indica que não virão pelo Estado as possibilidades de emprego e garantia de renda.

Os sujeitos da EJA, contraditoriamente ao mesmo tempo em que estão submetidos a condições precarizadas de trabalho, apresentam em suas práticas cotidianas um enorme potencial criativo que tem se traduzido em uma diversidade de produções cujos os limites de expansão são constantemente delimitados pela lógica do capitalismo liberal. Nesse sentido, práticas de produção de artesanato, costura, gastronomia, pintura, música, estética pessoal, bem como saberes fundamentais ao campo da construção civil e vendas tão comuns entre os/as estudantes, se trabalhados em uma perspectiva cooperativa e fomentados pelo

poder público por meio da escola, em nosso olhar produziria outras possibilidades de compreensão e atuação coletiva no mundo do trabalho.

A práxis produzida a partir do movimento de sistematização da experiência da política pública de EJA e suas aproximações com a Educação Profissional em Vitória-ES possibilita-nos afirmar que a articulação dos conceitos de Auto-organização e Economia Solidária no currículo da EJA são oportunas para a realização do trabalho na *ontocriatividade* e na busca de soluções para coletividade. Ou seja, essas circunstâncias também são potentes para a concretização do trabalho como princípio educativo, numa perspectiva de formação humana de um coletivo corresponsável pela educação para se contrapor à cultura hegemônica do individualismo.

Considerações finais

Ao refletir acerca da experiência de Vitória-ES da Educação Profissional na EJA em tempos de pandemia, tivemos como ponto de partida a práxis desenvolvida a partir de 2017, bem como os desafios que emergiram a partir dos múltiplos olhares dos diferentes atores que praticam a política. A experiência de construção conjunta possibilitou-nos a formulação de algumas proposições que consideramos relevantes no percurso de ressignificação e movimento permanente de construção curricular, e que certamente poderão contribuir no período pós-pandêmico. Entendemos que esse tempo histórico não é um tempo de finalização, mas um tempo de recomeço. As proposições apresentadas nascem dos levantamentos expostos, reconhecendo que a instituição escolar é uma instância estratégica para a concretização da defesa e a luta da classe trabalhadora vinculando a escola com a totalidade da sociedade.

Ao propor a Auto-organização e Economia Solidária, como temas possíveis para serem inseridos no currículo para a EJA nesse momento de retorno às aulas, é porque acreditamos que as inserções de temas vinculados à discussão da vida cotidiana, da cultura popular, do trabalho, da ciência, da cidadania, poderão contribuir para ressignificar o currículo da EJA numa perspectiva de educação popular. Também reconhecemos que é uma forma de enfrentamento do círculo vicioso da pobreza e do desemprego que atinge muitos estudantes da EJA. Temos a convicção de que essas ações são paliativas em relação ao projeto societário de produção capitalista em vigência do nosso tempo.

Reiterando mais uma vez que a intenção deste texto foi de contribuir para o debate diverso, plural e resolutivo acerca da Educação Profissional como política

pública, esperando que as reflexões contidas possam enriquecer as discussões apresentando informações e análises para elucidar ainda mais as áreas obscuras e tensas deste debate eminentemente político. É importante pensar em uma política de Educação Profissional Integrada à EJA que se contraponha às reformas neoliberais, e que busque alternativas práticas e possíveis, pautada no processo de geração de renda e emprego, diminuição de desigualdades sociais e regionais e no desenvolvimento científico e tecnológico, abrindo novos caminhos para a classe trabalhadora nesses tempos de incertezas.

Referências

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BOFF, Leonardo. Voltar à normalidade é auto condenar-se. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2020/05/04/artigo-voltar-a-normalidade-e-auto-condenar-se-por-leonardo-boff>, em 04 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Editoras Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: Novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Sesc, 2020

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, UNESP, 1997

GOUVEIA, Fernanda P.S. Juventude, políticas de formação e qualificação profissional. In: GOUVEIA, Fernanda P. S.; Silva, Tânia Maria A. **Contribuições para o debate sobre educação de jovens e adultos**. Curitiba: Appris, 2014

HOBBSAWAM, Eric. Renascendo das cinzas. IN. BELECKBURN, Robin (org). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. São Paulo: paz e Terra, 1992, p.255-271.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES/IJSN. **Perfil da pobreza no Espírito Santo**: famílias inscritas no CadÚnico, 2019. Setembro, Vitória: ES, 2019. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6702>.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMARINO, Atila. **Entrevista concedida à BBC News Brasil**. 28/03/2020.

MAKARENKO, Anton Semiónovitch. **Poema pedagógico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v. 1.

MEJÍA, Marco Raúl. Aprofundar na Educação Popular para construir uma globalização desde o sul. In UNESCO. **Educação popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília: Unesco, MEC, CEAAL, 2005.

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, Theotonio. **Do terror à esperança**: auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida - SP: Ideias&Letras, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed.Campinas-SP.Autores Associados, 2008.

SCHWARZ, Lilian. 100 dias que mudaram o mundo. **Entrevista concedida ao Site Universa**. 09/04/2020.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da "economia solidária"**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica marxista**. v. 50, n. 3, jul/ ag. 1998.

SOBRE OS AUTORES:

João Batista Pereira Alves

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atua como Técnico da Gerência de Educação Profissional da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEEduc/ES) e como técnico-administrativo na Prefeitura Municipal de Vitória/ES (PMV).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2332-1504>

E-mail: joaoppfh@gmail.com

Carlos Fabian de Carvalho

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Mestre Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como docente da Rede Municipal de Ensino de Vitória – Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEMED/Vitória-ES), Brasil. É membro do Fórum de EJA do Espírito Santo.

E-mail: carlosfabian@ig.com.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4111-6053>

Submetido em: 10/09/2020

Aprovado em: 01/10/2020



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)